



Ensino elementar no Brasil e na Itália: o caso dos imigrantes italianos na escola de Cascatinha (Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro)

Carlo Pagani

Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rua São Francisco Xavier, 524, 20550-900, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: carlopagani53@gmail.com

RESUMO. O presente estudo aborda as iniciativas dos imigrantes italianos para a educação e instrução dos seus filhos no período da grande imigração (1875-1920), com especial atenção à comunidade italiana da cidade de Petrópolis. Para tanto, os procedimentos metodológicos referem-se a uma pesquisa histórico-documental no Brasil e na Itália, a fim de recompor as circunstâncias educacionais encontradas e propiciadas aos imigrantes italianos e a compreensão das relações socioculturais e históricas nas quais estavam inseridos. A cultura italiana se fez presente na sociedade brasileira, seja com os desconhecidos camponeses, seja com homens e mulheres que, na arquitetura, nas artes plásticas, no teatro ou nos grandes empreendimentos fabris, deixaram marcas ainda existentes. Os imigrantes constituíram 'associações de socorro mútuo' e criaram diversas formas de proteção e solidariedade entre as suas comunidades, as quais mantiveram, entre outras atividades, escolas italianas para os associados em várias localidades.

Palavras-chave: imigração italiana, educação, escolas étnicas, associações de mútuo socorro.

Basic education in Brazil and in Italy: the case of italian immigrants in the school Cascatinha (Petrópolis, Rio de Janeiro state, Brazil)

ABSTRACT. The initiatives of Italian immigrants for the education and instruction of their children during the period of the great immigration (1876-1920), with special attention to the Italian community of Petropolis, are discussed. Methodological procedures comprised historical documentary research in which records were sought in Brazilian and Italian sources to investigate the educational circumstances and schooling provided to Italian immigrants and to understand the social, cultural and historical relationships in which they were inserted. The Italian culture became present in Brazilian society through the works of unknown peasants and of men and women who left their traits in architecture, fine arts, theatre and industrial enterprises, which are still extant. The immigrants founded 'mutual aid associations' and instituted various forms of protection and solidarity among their communities, which maintained Italian schools for associates in several places.

Keywords: italian immigration, education, ethnic schools, self-help societies.

Enseñanza elemental en Brasil y en Italia: el caso de los inmigrantes italianos en la escuela de Cascatinha (Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro)

RESUMEN. El presente estudio abarca las iniciativas de los inmigrantes italianos para la educación e instrucción de sus hijos en el período de la gran inmigración (1875-1920), con especial atención a la comunidad italiana de la ciudad de Petrópolis. Para ello, los procedimientos metodológicos se refieren a una investigación histórico-documental en Brasil y en Italia, a fin de recomponer las circunstancias educacionales encontradas y propiciadas a los inmigrantes italianos y la comprensión de las relaciones socioculturales e históricas en las cuales estaban insertados. La cultura italiana se ha hecho presente en la sociedad brasileña, sea con los desconocidos campesinos, sea con hombres y mujeres que, en la arquitectura, en las artes plásticas, en el teatro o en los grandes emprendimientos fabriles, han dejado huellas aún existentes. Los inmigrantes constituyeron 'asociaciones de socorro mutuo' y crearon diversas formas de protección y solidaridad entre sus comunidades, a las cuales han mantenido, entre otras actividades, escuelas italianas para los asociados en varias localidades.

Palabras clave: Inmigración italiana, Educación, Escuelas étnicas, Asociaciones de Mutuo Socorro.

Introdução

O trabalho em questão pretende discutir o processo de integração dos imigrantes italianos à sociedade petropolitana no que diz respeito à socialização dos seus filhos, no contexto da precariedade das instituições locais, e as alternativas encontradas pela comunidade italiana

para o encaminhamento do problema. O trabalho também aponta para as aproximações e distanciamentos entre os projetos nacionais pedagógicos italiano e brasileiro no que se refere às influências ideológicas e as políticas implementadas. No caso específico deste artigo, a análise volta-se para o estudo das dificuldades enfrentadas na

educação formal dos filhos de imigrantes italianos, objeto de uma pesquisa de mestrado, que teve como foco principal a comunidade italiana que trabalhava na fábrica Companhia Petropolitana de Cascatinha no período da grande imigração (1875-1920).

Emigração/Imigração

O grande fluxo migratório para o Brasil teve o seu auge no período Imperial até o final da primeira República. Dados do IBGE, apresentados nas comemorações dos 500 anos do Brasil, revelam que entre os anos 1884 e 1939 aportaram no país cerca de 4 milhões de estrangeiros, dos quais 1,4 milhão de italianos (33,96%) (IBGE, 2000).

Os italianos deixaram a Itália num período histórico: do ponto de vista político, a unificação da Itália e, do socioeconômico, a Revolução Industrial que, iniciada na Inglaterra estendeu-se em seguida pelo resto do mundo. A unificação política fez surgir na Itália¹ um mercado nacional que proporcionou novas oportunidades de desenvolvimento econômico, mas, ao mesmo tempo, trouxe à tona a dificuldade de integração das economias locais e regionais, complicada pelas diferentes características legislativas², anteriores à unificação e pelas características regionais próprias do território.

Entre os muitos fatores que determinaram o fluxo migratório da Itália para o exterior, foi decisiva a falta de trabalho e de condições mínimas de subsistência, associadas às carências alimentares e sanitárias. Pode-se ressaltar também a insegurança política e a crise identitária decorrente da nova formação política de ordem nacional, na qual a escola assume, para as classes dominantes, um papel fundamental para assegurar a adesão consciente da população à nova ordem política e social burguesa. Por esta razão se explica a necessidade dos governos de assumir o controle da organização do sistema escolar. Para os liberais de então, a instrução era necessária para formar uma consciência civil e política nas massas que garantisse o consenso às instituições sem, porém, colocar em discussão a sua própria posição

subalterna na sociedade. Na Itália tratava-se da formação de um súdito cidadão.

No Brasil, como na Argentina e Uruguai, razões de ordem político-econômicas demandavam mão de obra para suprir as carências em diferentes setores produtivos. No Brasil, a substituição da escravatura e a necessidade de povoamento do território incentivaram a imigração num contexto social e político que estava evoluindo com passagem de Império à República. Neste panorama, a instrução tinha como motivação a necessidade de formação de quadros para as novas estruturas políticas e burocráticas da República. Além disso, era preciso criar o cidadão republicano.

Na prática, a vinda do grande contingente de italianos para o Brasil levou tanto o governo brasileiro como o italiano a se confrontar com duas questões fundamentais: a necessidade de integração com a realidade brasileira e o anseio de preservação da identidade cultural, presente, de forma marcante, nas comunidades italianas recém-chegadas.

Entre os problemas enfrentados pelos imigrantes italianos que evidenciavam esse dilema, estava a escolarização dos seus filhos e a aprendizagem da língua portuguesa para consolidar a integração na sociedade local. Esse fato levou os imigrantes e suas associações (Sociedades de Socorro Mútuo e de Beneficência), assim como a Igreja Católica, à qual eram extremamente devotos, à fundação das escolas italianas. Este processo ocorreu em todas as regiões do Brasil onde existiam colônias italianas ou simplesmente grandes aglomerações de imigrantes italianos. Não foi diferente a situação encontrada nas cidades do Rio de Janeiro e de Petrópolis, segundo várias fontes pesquisadas. A imigração italiana em Petrópolis foi, como a do Rio de Janeiro, relegada ao segundo plano em relação a outros Estados e, ainda mais, se consideramos outras imigrações, como a dos alemães. Os dados relativos ao recenseamento de 1920 revelam uma grande presença de italianos em Petrópolis, principalmente se comparados a outras regiões metropolitanas e rurais da antiga Província e, a partir da República, do Estado do Rio de Janeiro. Ao se verificar os números de estrangeiros apresentados no Censo de 1920, é evidente a importância dos italianos no contexto da imigração nesta cidade.

Italianos em Petrópolis

Registros do Instituto Histórico de Petrópolis (IHP), campo de estudo da presente investigação, apontam que os italianos chegaram a Petrópolis provenientes das fazendas de café de outros Estados ou diretamente para trabalhar nas fábricas. Na

¹ A data comemorativa da unificação da Itália é o ano de 1861. Entretanto, para chegar à unificação territorial final, concluída somente na Primeira Guerra Mundial, com a anexação de Trento e Trieste, houve três guerras de independência entre os anos de 1848 e 1866. Entre a segunda guerra de independência e a terceira, na qual foi anexado o Veneto, a expedição de Garibaldi conquistou de forma definitiva o Reino das Duas Sicílias. Em 1870, após a entrada em Roma das tropas italianas, o Estado Pontifício é anexado também à Itália e, em 1871, Roma torna-se a capital.

² Como, por exemplo, a extensão da taxa do governo sardo aos territórios anexados, que provocou a falência dos poucos centros industriais do sul da Itália. As escolhas das lideranças liberais ligadas à Direita Histórica colocaram a industrialização da Itália em segundo plano em relação a outras nações europeias mais desenvolvidas, tornando o país um fornecedor de matérias primas e produtos agrícolas e importador de produtos industrializados.

fábrica Cometa, fundada pelo italiano Carlo Pareto³, trabalhavam 6 mil operários, quase todos italianos. De Pescatina, aldeia situada na região de Verona, vieram quase todos os moradores, inclusive o padre Dom Carlo Gallieri⁴, viajando no mesmo navio. As mais de 160 famílias (cerca de 500 pessoas), não encontraram moradias suficientes na vila operária da Cometa e tiveram que ser alojadas, em parte, nos sobrados da vila operária do Cascatinha⁵, alugados pela fábrica da Companhia Petropolitana de Tecidos do Cascatinha⁶ (DE CUSATIS, 1993, p. 15)⁷.

O bairro de Cascatinha tem uma história singular em relação à imigração italiana na cidade de Petrópolis por uma série de acontecimentos que determinaram a maior concentração de italianos no mesmo bairro. O surgimento da fábrica Cia Petropolitana de Cascatinha foi, sem dúvida, um dos principais motivos para a concentração do operariado italiano imigrado ao Brasil com destino às fábricas têxteis, aos quais se agregaram mais imigrados, famílias ou solteiros, vindos de outras regiões e cidades do Brasil.

Foram identificadas duas imigrações em massa, ambas provenientes do Veneto⁸, de italianos que se dirigiram a Petrópolis, entre os tantos que, de forma isolada, chegaram a esta cidade.

Em 17 de fevereiro de 1891, um grupo de trabalhadores do *Lanificio Rossi* de Schio (Vicenza)⁹ enfrentaram o desemprego, após um período de greves. Demitidos pela direção da fábrica e sem possibilidades de encontrar um novo trabalho por serem marcados como subversivos, decidem migrar para o Brasil. Entre 1891 e 1895, 300 famílias (mais de mil pessoas) de Schio partiram do porto de Gênova rumo ao Brasil. No Brasil, alguns destes trabalhadores encontram trabalho nas fábricas de São Paulo e outros migram para o bairro de Cascatinha

para trabalhar na Cia Petropolitana, que empregou 1.100 operários, quase todos italianos.

A outra imigração, já citada, veio de Pescatina, perto da cidade de Verona, e teve como destino os sobrados próximos da fábrica de tecidos de Cascatinha, ainda que, inicialmente, fossem contratados para trabalhar na fábrica Cometa.

A história da aldeia de Pescatina, na província italiana de Verona, é a de muitas aldeias rurais venetas onde as famílias, em geral, sobreviviam em situação de extrema pobreza. Seus habitantes viviam principalmente do sustento proveniente de pequenas propriedades em áreas isoladas onde a *cascina* (casa de camponês) e a igreja eram os centros da comunidade, cuja organização social local restringia-se à alternância entre trabalho e igreja.

A relação com a igreja era tão importante que a vinda do padre representou uma forma de continuidade dos laços existentes na aldeia que deixaram na Itália. A própria comunidade de Cascatinha vivia em função do trabalho, mas privilegiava, nas horas de folga, a igreja, participando de festas comemorativas religiosas ou da banda. Mantinham sempre alguns símbolos, como a bandeira italiana, presente em todos os momentos coletivos e festivos, laicos ou religiosos.

Influências culturais e ideológicas

A religiosidade, a valorização da família e a ética do trabalho foram fundamentais para integração na nova realidade sociocultural e ainda para manter os laços com a mãe-pátria. Entretanto, o que os unia não era o sentimento de pátria, mas sim a religião católica, o que segundo as teorias das representações sociais, poderia se considerar como 'o familiar'. Segundo Balhana (apud MACHIOSKI, 2004, p. 20)

[...] os imigrantes encontravam na fé religiosa e na assistência de seus pastores um elo de proximidade e de identificação cultural que possibilitava ultrapassar o trauma da mudança e da adaptação às novas contingências e estruturas.

E segundo Santini (apud ZANINI, 2007, p. 529):

A capela, o campanário e os sinos constituíram a essência de toda a vida e de todo o universo do imigrante italiano em sua nova pátria. A força desses elementos era aquela do mundo de origem e tê-los aqui, na terra estrangeira, representava a preservação de uma determinada cosmologia.

Nesse contexto, a escola, como instituição fundamental de socialização, desenvolveu e permitiu a inserção mais ampla na sociedade dos imigrantes italianos.

³ A fábrica de tecidos Cometa, fundada em 1903, era constituída por dois núcleos fabris, um no Alto da Serra e outro no Meio da Serra. Seu fundador, Carlo Pareto, foi proprietário de uma casa comercial, em sociedade com o alemão Alessandro Claviez, que importava tecidos da Itália, França, Alemanha e Estados Unidos. Em função das restrições à importação, decidiu produzir os tecidos comprando as duas fábricas em Petrópolis. Foi o primeiro representante comercial do Banco de Napoli, utilizado pelos italianos para guardar as suas economias e enviá-las aos familiares na Itália. Outras atividades eram a exportação de café e algodão e uma companhia marítima.

⁴ Dom Carlo Gallieri era pároco da aldeia de Pescatina na província de Verona (Itália), foi sócio honorário da Sociedade Operária Italiana de Socorro Mútuo e contribuiu para funcionamento da escola étnica da comunidade.

⁵ A vila operária de Cascatinha, de propriedade da Cia Petropolitana de Tecidos, era um conjunto de casas e sobrados construídos para alojamento dos operários, com família ou solteiros, que trabalhavam na fábrica. O conjunto arquitetônico é tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPHAN).

⁶ Com a Carta Imperial de 17 de setembro de 1873, Dom Pedro II autoriza o funcionamento da Cia Petropolitana de Tecidos, de propriedade do cubano Bernardo Caymari.

⁷ José De Cusatis, historiador, membro do Instituto Histórico de Petrópolis.

⁸ Veneto, região do nordeste da Itália, foi dominada pela Áustria até 1866, quando foi anexada ao Reino da Itália.

⁹ Schio situa-se na província italiana de Vicenza e, na época, a greve foi proclamada em protesto contra a ameaça de rebaixamento dos salários.

As escolas que nasceram em Petrópolis por iniciativa das associações de mútuo socorro foram determinantes para a instrução e educação dos seus filhos e a única forma de inserção social na nova realidade mantendo ainda vivos os laços com a mãe pátria e com os seus valores.

A instrução dos filhos dos italianos em Petrópolis foi também objeto das discussões entre os anarquistas que aqui residiam. Entre eles, a instrução e educação dos seus filhos tinham como objetivo fornecer os meios para libertá-los de um sistema social que consideravam injusto.

As contribuições à instrução do movimento anarquista ocorreram com a introdução das 'Escolas Modernas' e com as práticas pedagógicas que estavam nas bases das suas atividades.

As Escolas Modernas surgiram na Espanha, por iniciativa do anarquista Francisco Ferrer y Guardia, e eram baseadas na pedagogia libertária, que tinha como pilares fundamentais a liberdade individual e a igualdade social.

Com a política do governo italiano que, após ações repressoras para o fechamento das associações consideradas subversivas, promovia a expulsão dos seus membros do território nacional, os anarquistas encontraram, no exterior, território fértil para a própria propaganda libertária.

O movimento anarquista em Petrópolis teve presença importante nas greves em fábricas de tecelagens para melhorias salariais e de condições de trabalho. No jornal anarquista *A Voz do Trabalhador*, Petrópolis é citada em várias matérias e notícias, tanto pelas atividades de propaganda, comícios e palestras organizadas pelo Centro Operário Primeiro de Maio, com sede na Rua Teresa n.º 1258, como pela greve ocorrida na fábrica Cometa em 1913. O periódico anarquista e anticlerical *A Lanterna*, publicado em São Paulo, cita também o Centro Operário Primeiro de Maio de Petrópolis e mais de um artigo é dedicado ao acirrado debate entre o franciscano Frei Pedro¹⁰ e os anarquistas em reuniões na sede da entidade.

Segundo Moraes (1999), entre as muitas escolas fundadas pelo movimento no Brasil, conta-se uma em Petrópolis, criada em 1913 e inspirada na pedagogia libertária de Ferrer Y Guardia.

Porém, não foi possível confirmar a existência da Escola Moderna, citada nas consultas feitas na *Voz do Trabalhador* e *A Lanterna*, no ano de 1913, apesar de Rodrigues (1992, p. 56) afirmar que

[...] um ano depois, a 12 de outubro de 1913, em Petrópolis, Cidade do Estado do Rio de Janeiro,

¹⁰ Provavelmente a matéria se refere ao Frei Pedro Sizing que viveu em Petrópolis na época estudada e que aparece no artigo do jornal *A Voz do Trabalhador* como Frei Pedro Sinzny.

também inaugurava a sua Escola moderna. A iniciativa deveu-se ao Centro Operário Primeiro de Maio e a inauguração deu-se às vésperas do quarto aniversário do fuzilamento de Ferrer em Montjuich. No ato falou Cecílio Vilar, redator da *Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira. Esteve presente frei Pedro, que protestou contra a escola anarquista.

Em mais de uma matéria, no jornal *A Voz do Trabalhador*, são relatadas as reuniões que aconteceram no Centro Operário Primeiro de Maio. Entre elas a citada por Rodrigues (1992), entretanto, constam na matéria uma explicação e uma defesa do método de ensino racionalista, próprio da Escola Moderna, idealizada por Ferrer y Guardia e replicado na Escola Moderna no Brasil.

No Brasil, as Sociedades de Socorro Mútuo tiveram uma importância fundamental em diferentes setores assistenciais, entre os quais a instrução dos filhos de imigrantes italianos emigrados para o Brasil. Tommasini (1999) pondera que o 'mutualismo' era considerado importante para a articulação da sociedade civil e como fundamental nas concepções de estado liberal, que eram contrárias à intervenção consistente do estado na área social, mas, ao mesmo tempo, como indispensável para formação de uma cultura da solidariedade e da representatividade necessária à ação dos partidos populares e da esquerda.

As escolas italianas *governative*¹¹, subsidiadas pelo governo italiano, quer fossem situadas na cidade do Rio de Janeiro ou no Estado, e que se limitavam ao ensino das primeiras letras, dispunham de um programa de ensino parecido com aquele das escolas *elementari*¹² na Itália.

Pensamento educacional e ação na Itália

O desenvolvimento das escolas *elementari* na Itália a partir da unificação (1861) deve ser visto em um contexto mais amplo, que considera o desenvolvimento da instrução de massa na maior parte da Europa ocidental no século XIX. De um lado, deve ser considerado o estímulo que a reforma protestante proporcionou, colocando a instrução como indispensável para a formação de bons cristãos e bons cidadãos que, na leitura da Bíblia, encontravam a própria fé. Entretanto, a contribuição do protestantismo pode não ser suficiente para explicar a generalização do fenômeno, que tem as

¹¹ As escolas *governative* são aquelas de total responsabilidade do governo no que se refere à contratação dos professores, material escolar, edifício escolar etc. As subsidiadas, fundada por instituições não governamentais, recebem uma ajuda do governo com o compromisso de manter uma unicidade de programas com as escolas públicas.

¹² As escolas *elementari* correspondem aos primeiros cinco anos do ensino fundamental.

suas razões principais na afirmação do processo de industrialização subsequente à Revolução Industrial, e as transformações sociais e políticas que ela proporcionou.

Na realidade, em um primeiro momento, o desenvolvimento da indústria não precisava de uma massa de operários qualificados e, aliás, empregou, em sua maioria, trabalhadores analfabetos e crianças, já que a introdução das máquinas possibilitava mão de obra com menor força física. O emprego de crianças nas fábricas e a jornada de trabalho de 12h ou mais tornava praticamente impossível a frequência às aulas e o analfabetismo teve, nesta primeira fase, um aumento expressivo. Em uma segunda fase, a partir da segunda metade dos Oitocentos, a estrutura do sistema industrial registrou uma transformação substancial em função do desenvolvimento do capitalismo e dos avanços tecnológicos. Estas mudanças levaram à formação de mão de obra mais especializada e flexível em um contexto produtivo mais dinâmico, mas a utilidade da instrução consistia basicamente na criação de uma atitude psicológica mais em sintonia com os novos processos produtivos.

Na Itália recém-unificada que reuniu Estados onde não houve o mesmo impulso à escolarização que se verificou no restante da Europa, a média de analfabetos para todo o país era de 75% da população acima dos cinco anos de idade (Censo de 1861)¹³ e uma relação de alunos por número de habitantes entre as mais baixas das nações europeias.

Pouco antes da unificação da Itália, foi promulgada a lei sobre a instrução pública (datada de 13 de novembro de 1859), denominada Lei Casati¹⁴ numa referência ao então Ministro da Instrução Pública, Gabrio Casati. Este ato legislativo para a educação, estendido ao Reino d'Itália, consistia num decreto promulgado para o Reino de Sardegnia em 13 de novembro de 1859, por iniciativa do ministro. Permaneceu em vigor, fora algumas mudanças, até 1923, quando foi promulgada a lei emanada pela reforma Gentile¹⁵.

A lei seguia o princípio geral do governo do novo Reino, que previa a centralização e unificação necessárias para superar a grande diversidade na situação econômica, social, política e cultural dos antigos Estados independentes que confluíram sucessivamente no Reino da Itália. A lei propõe um sistema único para as escolas das diferentes regiões

italianas, com alguns princípios fundamentais; ensino gratuito e obrigatório para os primeiro dois anos do primário; a igualdade de tratamento frente à necessidade da educação para alunos de ambos os sexos; a exclusividade das escolas públicas na concessão de diplomas e normas definidas para habilitação ao ensino dos mestres, que tinham que ter uma carteira de idoneidade para o ensino e um atestado de moralidade.

O governo central reafirmava a própria competência e função de controle e direção do sistema escolar delegando, porém, aos municípios a gestão financeira da escola primária.

Os primeiros programas adotados em 1860 nas escolas primárias, com base no espiritualismo do Ressurgimento, incluíam o ensino religioso entre as matérias fundamentais e tinham como objetivo proporcionar a instrução de base para a população. Seu aspecto formativo era assegurado pela educação moral, religiosa e civil e um aspecto prático com o estudo da aritmética, além do aprendizado da leitura e da escrita. Na primeira revisão dos programas, em 1867, constata-se uma crise profunda entre Estado e igreja, com a redução do espaço dedicado ao ensino religioso, destinado ao ensino da educação cívica.

Mudanças importantes ocorreram com a ascensão da esquerda ao poder. Além de promover a construção de uma nova ferrovia, a ampliação do direito ao voto, uma legislação social, a modernização das forças armadas e o começo de uma política de colonização, o novo governo também se propôs a reformar a escola primária obrigatória.

Os novos programas para escola primária serão estabelecidos somente em 1888, com a afirmação cultural do positivismo.

É importante ressaltar que o positivismo foi uma influência determinante na Itália para a reativação de iniciativas e mudanças que rompessem a situação de atraso em que se encontrava a escola primária. A instrução era considerada fundamental e necessária para qualquer transformação social e, portanto, a vertente pedagógica do positivismo acreditava na possibilidade de solução de todos os problemas do homem através dos meios que a ciência fornecia.

Os novos programas foram redigidos pelo pedagogo italiano Aristide Gabelli, partindo da convicção de que era necessário 'formar cabeças' e considerando que 'quem pensa bem faz bem', principalmente no contexto de uma educação laica. O método proposto era o objetivo, segundo o qual o ensino não deveria ser abstrato, mas, pelo contrário, colocaria o aluno em contato com o mundo real. Dever-se-ia 'dar vigor ao corpo, penetração à inteligência e retidão à alma' e, dessa forma, assume

¹³ Fonte: Statistica del Regno d'Italia, Istruzione pubblica e privata. Istruzione primaria, Firenze (1866) apud De Fort (1979).

¹⁴ Gabrio Casati, ministro da Instrução Pública do Reino Sabauda.

¹⁵ Giovanni Gentile (30 de maio de 1875 - 15 de abril de 1944), filósofo e pedagogo italiano e Ministro da Instrução Pública (1922-1924) do governo de Benito Mussolini.

grande importância a experiência por meio da qual se adquirem bons hábitos. A educação física é entendida não somente como determinante para saúde do corpo, mas também como formadora da personalidade e, por meio dos exercícios coletivos, como estimuladora do sentimento social.

O objetivo destes programas era o de fazer com que, por exemplo, o ensino de história tendesse a educar moralmente e estimular patriotismo nos alunos, mantendo os conteúdos reduzidos, sendo que as massas deveriam ser ‘instruídas o suficiente e educadas o mais possível’.

Pensamento educacional e ação no Brasil

As mudanças políticas e sociais do século XIX e, principalmente, a passagem da escravidão para uma organização do trabalho livre e assalariado trouxeram uma tendência à modernização do sistema produtivo no Brasil. Porém, como afirma Neves (2005, p. 2)

[...] Na esfera cultural, a influência se deu a partir dos ideais positivistas e liberais, plasmados nas propostas de defesa da harmonia social, da uniformização do caráter nacional e, principalmente, na crença do potencial transformador da educação. Tomada como instrumento de poder e com capacidade para promover a transformação social, a educação foi, internacionalmente, considerada como fenômeno inovador, durante todo o século XIX.

Acrescenta Saviani et al. (2004, p. 17-18):

Historicamente a emergência dos Estados nacionais no decorrer do século XIX foi acompanhada da implantação dos sistemas nacionais de ensino nos diferentes países como via para a erradicação do analfabetismo e universalização da instrução popular. O Brasil foi retardando essa iniciativa e, com isso, foi acumulando um déficit histórico em contraste com os países que instalaram os respectivos sistemas nacionais de ensino.

A proclamação da primeira Constituição do Império do Brasil em 1824 se limitou a afirmar que “[...] a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos [...]” (BRASIL, 1824).

Com a promulgação da lei de reformas constitucionais (12 de agosto de 1834) foram repassadas às províncias as atribuições de cuidar e legislar sobre o Ensino Primário e Secundário, com exclusão do município da cidade do Rio de Janeiro (Município Neutro)¹⁶.

O único projeto para as escolas elementares, transformado na Lei de 15 de outubro de 1827,

previu a criação de escolas de primeiras letras, onde deveria ser ensinado

[...] a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrado, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica, proporcionadas a compreensão dos meninos (BRASIL, 1827).

Segundo o método de ensino mútuo¹⁷, nas capitais “[...] e serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas, em que for possível estabelecerem-se [...]” (BRASIL, 1827).

No município do Rio de Janeiro, com o intento de propor um modelo às províncias, foi aprovada a lei de 17 de setembro de 1851, que deu ao governo o poder para reorganizar no município a instrução primária, o que levou, pelo Decreto de 17 de fevereiro de 1854, a entrar em vigor um regulamento para administração pública que dispunha sobre a instrução primária. Com isso, foram adotados o sistema de ensino mútuo e a instrução obrigatória para todas as crianças acima de sete anos, além de instituída uma inspetoria com a tarefa de fiscalizar e dirigir as escolas da capital.

Entretanto, ainda que fossem previstas a obrigatoriedade e a gratuidade da instrução primária, segundo Almeida (1989), pela imprecisão na formulação dos artigos mencionados seria possível afirmar que o ensino primário não era obrigatório no Brasil.

Devemos lembrar que o Brasil era um país agroexportador, que não via necessidade de universalizar a alfabetização, mas de incrementar a formação de quadros burocráticos, o que promoveu o aumento da demanda pela educação secundária e superior, deixando a escola primária em segundo plano.

A proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a nova Constituição (1891) e uma ampla legislação relativa à instrução, inspiradas nos ideais republicanos e no positivismo, não foram suficientes para a democratização do ensino. A manutenção da descentralização do Ensino Primário foi determinante para perpetuar uma situação precária na educação, pela falta de recursos em boa parte das Províncias do Império, transformadas em Estados com a nova Carta Constitucional que introduziu uma organização federativa no Brasil.

¹⁶ Município Neutro foi a designação da situação administrativa da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, entre 12 de agosto de 1834 e 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada a República no Brasil. Na realidade, o Município Neutro foi extinto oficialmente com a promulgação da Constituição de 1891, quando passou a ser chamado de Distrito Federal.

¹⁷ Segundo Almeida (1989), o método Lancaster ou de Ensino Mútuo, trazido para a Inglaterra pelo pastor anglicano André Bell, da Índia, foi disseminado pelo quaker Joseph Lancaster. O método consistia na utilização de monitores, devidamente instruídos pelos professores e escolhidos entre os mais habilitados, que eram responsáveis pela instrução de dez alunos.

Escolas italianas no Rio de Janeiro

No contexto acima exposto, em que o Ensino Primário era destinado às elites e a parte das camadas intermediárias da população brasileira, chega ao Brasil, entre 1875 e 1920, a maior parte dos imigrantes italianos. Acrescia-se à população desescolarizada mais um contingente de crianças que, todavia, vinha de uma realidade um pouco mais adiantada na implantação de um sistema público de educação.

As escolas italianas na Província e, posteriormente, Estado do Rio de Janeiro funcionaram, segundo consta nos documentos encontrados, exclusivamente em centro urbanos, ainda que pequenos e distantes das capitais das províncias ou, sucessivamente, Estados.

Na maioria destas escolas, ensinava-se, além do italiano, e em italiano ou em dialeto, a própria língua portuguesa com o objetivo de inserção na sociedade local.

Segundo alguns autores Petrone (1991) e Luchese (2010), os imigrantes italianos não tinham interesse em que os filhos aprendessem a ler e escrever em italiano ou mesmo em português.

Estudos posteriores (LUCHESE 2010) apontam que o aumento do analfabetismo entre os italianos, nas primeiras décadas após o começo da grande imigração, teria ocorrido principalmente pela falta de escolas.

Nas pesquisas feitas nos documentos oficiais do *Ministero degli Affari Esteri*¹⁸ da Itália, podemos encontrar estatísticas referentes às escolas italianas subsidiadas no Brasil e, especificamente, no Estado do Rio de Janeiro.

Em Petrópolis, segundo os documentos oficiais do Ministério do Exterior italiano, foram fundadas duas escolas pelas sociedades de socorro mútuo, uma das quais no bairro de Cascatinha. Considerando o número de habitantes dos municípios do Rio de Janeiro e Petrópolis e que uma das três escolas do Rio de Janeiro era simplesmente um curso de italiano para adultos, as duas escolas italianas em Petrópolis tiveram uma importância substancial.

Em 11 de fevereiro de 1910, a *Tribuna de Petrópolis* informa:

Informa-se que no dia 14 do corrente mês irão reabrir as inscrições para os alunos de ambos os sexos seja das aulas diurnas ou noturnas. Este ano serão recebidos também alunos de idade menor que seis anos, sendo que, anexada à escola, irá funcionar uma seção de jardim de infância sob o cuidado maternal e amoroso da senhorita Nella Biancucci e a direção do professor Biancucci, titular da escola. A

seção feminina terá, portanto o desenvolvimento de um programa governativo completo também em relação aos trabalhos femininos¹⁹. (TRIBUNA DE PETRÓPOLIS, 1910, p. 2, tradução do autor).

Como podemos entender deste informe, a escola seguia os programas do governo italiano, neste caso ainda antes da reforma Daneo-Credaro²⁰, o que nos remete aos programas adotados para a escola italiana no ano de 1905.

Consultando os documentos oficiais, é possível afirmar que existia no local uma escola fundada em 4 abril de 1904 pela *Società di Mutuo Soccorso Principe di Piemonte* como consta na nota n. 56 do *Annuario delle Scuole Italiane all'Estero Governative e Sussidiate*²¹:

A escola, criada pela local sociedade 'Principe di Piemonte', foi inaugurada no dia 4 de abril de 1904. Surge em lugar ameno e salubre e é frequentada por muitos alunos, que obtiveram bons resultados. Em 1906, na exposição de Milão, conquistou um diploma de mérito. (ITÁLIA, 1911, tradução do autor)²².

Na edição especial do jornal *Fanfulla 'Il Brasile e gli italiani'* de 1906, no capítulo V, que trata das escolas italianas no Brasil, após uma crítica à falta de continuidade da atividade do *Centro d'Istruzione*²³, o autor Carlo Parlagreco cita a escola de Cascatinha como exemplo de sucesso:

Mais sorte teve a escola italiana de Cascatinha, um pequeno vilarejo de 3.500 habitantes, pouco distante de Petrópolis, onde se encontram mais de 2.000 italianos, que se dividiam entre o trabalho na fábrica, que deu vida a localidade, e a atividade agrícola. A escola, mantida pela Sociedade italiana de Socorro Mútuo, tem sido muito frequentada devido ao fato de possuir um ótimo professor²⁴. (PARLAGRECO, 1906, p. 797, tradução do autor).

Segundo De Cusatis (1988, p. 178):

La Società Operaia Italiana di Mutuo Soccorso di Cascatinha, [...] em abril de 1904 instituiu uma escola

¹⁹ No original 'Si informa che il 14 corrente mese si riapriranno le iscrizioni per gli alunni d'ambo i sessi tanto dell'aula diurna che quella serale. Quest'anno si riceveranno anche alunni inferiori ai 6 anni perché annessa alla scuola funzionerà una sezione Asilo Infantile sotto le materne e amorevoli cure della Signorina Nella Biancucci e la direzione del professore Biancucci titolare della scuola. La sezione femminile diurna avrà perciò un completo svolgimento del programma governativo anche sui lavori femminili'.

²⁰ Lei Daneo-Credaro, que leva o nome dos ministros da Instrução Pública Edoardo Daneo (1909) e Luigi Credaro (1910-1914).

²¹ *Anuário das Escolas Italianas Governativas e Subsidiadas no Exterior* (ITÁLIA, 1911).

²² No original 'La scuola fu fondata dalla locale società Principe di Piemonte e inaugurata il 4 aprile 1904. Sorge in sito ameno e salubre ed è frequentata da molti alunni avendo sempre dati buoni risultati. Ebbe nel 1906 all'esposizione di Milano un diploma di benemerita'. Tradução livre do autor.

²³ Centro de Instrução.

²⁴ No original 'Miglior fortuna há avuto la scuola italiana di Cascatinha, um piccolo borgo di 3500 abitanti pouco distante da Petrópolis dove si trovano più di 2000 italiani, parte impiegati nella fabbrica di tessuti che dá vita alla località e parte dediti all'agricoltura; la scuola é mantenuta dalla Società italiana di Mutuo soccorso ed é molto frequentata perché, ha um eccellente maestro'.

¹⁸ Ministério do Exterior.

mista, diurna e noturna, atendendo a mais de 100 alunos da comunidade italiana de Cascatinha. O Padre Dom Carlo Gallieri, honorário da Sociedade, juntamente com o Prof. Carlo Parlagreco foram de grande significado na escola mista da comunidade de imigrantes, garantindo o estudo da língua italiana e do português.

As informações obtidas da fonte primária coincidem com as da fonte secundária, a não ser pelo número de alunos e pela atribuição dada à fundação da escola. Enquanto as fontes oficiais primárias citam a *Società Italiana di Mutuo Soccorso Principe di Piemonte*, Parlagreco e De Cusatis atribuem a fundação da escola à *Società Operaia Italiana di Mutuo Soccorso di Cascatinha*.

Em 20 de junho de 1907, a *Tribuna de Petrópolis* noticia a decisão da colônia italiana em homenagear Giuseppe Garibaldi no centenário do seu nascimento (4 de julho de 1807) com a participação das escolas italianas, inclusive a de Cascatinha:

Está resolvido: o centenário do grande Giuseppe Garibaldi não passará despercebido entre nós. A laboriosa colônia italiana assim o quer; a essa justa homenagem devemos todos, italianos e brasileiros dar forte apoio, porque o herói, cuja data do seu nascimento vai ser glorificada, não pertence somente á historia política da Itália: pela parte brilhante que tomou na Guerra dos Farrapos, Giuseppe Garibaldi pertence-nos, o seu nome está ligado aos nossos bravos, honrando as paginas da historia do Brazil [...].

O festival terminará com um grande baile, finda a sessão solenne, sendo entoados cânticos patrióticos pelo alumnos das escolas Dante Alighieri e Cascatinha [...]. (TRIBUNA DE PETRÓPOLIS, 1907, p. 1).

Os alunos das escolas italianas participavam de forma ativa das comemorações cívicas italianas, pois o objetivo dos promotores dos eventos era manter vivo o amor à mãe-pátria e a lembrança das datas mais importantes da história da Itália.

O bairro de Cascatinha, segundo depoimento dado em entrevista pela senhora Wilma Borsato, descendente de italianos e promotora do centro de memória, que tem a sua sede na antiga estação de trem, contava com uma creche e uma escola que atendia as crianças dos trabalhadores da fábrica por iniciativa da direção da empresa. De acordo com uma publicação sobre a história da fábrica, a partir das atas e relatórios das reuniões da diretoria e seus respectivos arquivos, em 1892 os trabalhadores da fábrica eram 668 homens, 284 mulheres, 142 meninos e 211 meninas. Na publicação *História da Companhia Petropolitana* (1982, p. VII), podemos ler:

Foram construídos este ano mais dois grupos de 6 casas cada um, em frente aos sobrados à margem do

rio Piabanha. O hospital utilizado para essa finalidade durante a construção da fábrica nova foi transformado em 9 casas residenciais e o barracão em frente a estação da Estrada de Ferro Leopoldina em outras treze. Foram edificadas a farmácia, creche e escola para os filhos de operários.

Na mesma publicação, entre outras informações a respeito das atividades da fábrica, é citada a ampliação da escola, em 1910:

Foi ampliada uma pequena escola existente em Cascatinha, fundando-se a Escola Mista da Cia. Petropolitana, sob a direção do Professor Nicolau Padula e Exma. Esposa Margarida Padula, contratados para essa finalidade, inaugurando-se com uma frequência de 93 alunos de ambos os sexos, prevendo-se também os cursos noturnos de alfabetização de adultos. (HISTÓRIA DA COMPANHIA PETROPOLITANA, 1982, p. IX).

É de se supor que, pelas informações e documentos encontrados, que a Escola do Cascatinha, fundada em 1904, segundo o Ministério do Exterior da Itália, é a mesma que vinha sendo mantida pela direção da fábrica Cia. Petropolitana. Provavelmente, não existiam duas escolas em 1904 e a Sociedade Operária Italiana de Socorro Mútuo de Cascatinha, considerando que a maioria dos alunos eram filhos dos trabalhadores da fábrica, quase todos italianos, colaborou para que a escola fosse considerada pelas autoridades italianas e, portanto, subsidiada.

Nos anos sucessivos, são registradas as frequências dos alunos dos cursos diurno e noturno, como podemos ver na Tabela 1, que resume as informações contidas nos relatórios anuais da fábrica.

Tabela 1. Matrículas dos alunos, por anos, na escola Mista da Cia. Petropolitana de Cascatinha.

Escola	1910	1911	1912*	1913	1914
<i>Scuola elementare mista diurna e serale di Cascatinha</i>	93	98 diurno 67 noturno	98 diurno 70 noturno	115 diurno 81 noturno	98 diurno 65 noturno

*destes alunos, 106 são do sexo masculino e 72 do sexo feminino. Os dados acima foram encontrados na publicação *História da Companhia Petropolitana* (1892).

Os documentos que tratam das escolas italianas no Brasil apontam para uma continuidade de suas atividades até muito depois do ano de 1920, data que marca o fim do período de nosso estudo. Entretanto, pode-se afirmar que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) constitui-se também em um marco, não só pelo esforço orçamentário do governo italiano da época, voltado para guerra, como também pela mudança de conduta em relação aos emigrantes italianos, que passaram a ser necessários na própria Itália.

Considerações finais

Durante a pesquisa, constatou-se que a história da Educação não tem enfocado com prioridade a contribuição que os imigrantes italianos, entre outros, deram ao processo de alfabetização e escolarização indispensáveis ao desenvolvimento da nação e dos processos democráticos que, no Brasil, foram latentes na primeira metade do século XX.

Diversas escolas que surgiram no Brasil, na época estudada, tiveram a influência, em suas propostas administrativas e pedagógicas, das ideias que permearam o mundo ocidental e, em particular, das que vinham das nações europeias consideradas 'mais adiantadas' e tomadas como modelo para as transformações educacionais que o Brasil aspirava e das quais necessitava para alcançar a modernidade de suas estruturas econômica, política e social.

Cabe ressaltar que, ao analisar os programas das escolas primárias no Brasil e na Itália, na mesma época, percebe-se uma similaridade no que se refere à impoção ideológica que os sustentava principalmente na Primeira República, quando os ideais liberais e positivistas estavam na base das escolhas administrativas e pedagógicas levadas a cabo pelas políticas públicas para as escolas primárias. Entretanto, uma diferença substancial existia com a situação italiana, em que o Estado assume um papel centralizador, ainda que delegando algumas atividades administrativas aos municípios, tendo como objetivo, além da escolarização em massa, a formação do súdito cidadão. Diferente foi a situação no Brasil, onde o Estado delegou às províncias a atividade legislativa e, aos ventos dos ideais republicanos, o objetivo educacional era a formação do cidadão republicano. No Estado do Rio de Janeiro, apesar de sediar a capital do Império e, posteriormente, da República, a descentralização das políticas públicas para o Ensino Primário não trouxe os resultados esperados.

Como se verificou ao longo deste estudo, durante longo tempo a educação dos filhos imigrantes foi, sobretudo, fruto das iniciativas das associações de socorro mútuo e dos subsídios do próprio governo italiano.

A par da situação dos imigrantes italianos que chegaram neste Estado, vindos de diferentes regiões da Itália, com língua (dialeto), cultura, hábitos e condição social muito heterogênea, residindo, principalmente, nas metrópoles ou perto delas, formando colônias e comunidades que, todavia, não se furtaram à miscigenação, pode-se afirmar que a imigração italiana foi uma das que mais facilmente se identificou com os costumes locais, ou, por outro lado, instituiu os seus hábitos na pátria que os recebeu.

Nesse sentido, a educação dos filhos dos imigrantes desempenhou importante papel, pois estava sustentada em um tripé formado pela necessidade de inserção no país de chegada, a manutenção dos laços com a mãe-pátria e a relação com as associações assistencialistas. Estas entidades tinham, entre os seus objetivos, a escolarização dos filhos dos associados, o ensino da língua italiana e a difusão dos valores e da cultura italiana como forma de penetração no território estrangeiro.

As escolas italianas que surgiram na época pesquisada foram a expressão dos condicionantes citados e das relações entre os sujeitos e as instituições italianas criadas no Brasil, que assumiram a tarefa e o compromisso de auxiliar o imigrante em sua nova pátria. Todavia, em que pese os subsídios de algumas iniciativas, entre elas as educacionais, o abandono dos imigrantes por parte das autoridades italianas não foi nada mais do que a continuidade de uma relação de descaso com uma camada consistente da população, que encontrava na emigração a única forma de despertar, novamente, a esperança em um futuro melhor.

As escolas italianas fundadas no Estado do Rio de Janeiro podem ser consideradas como um exemplo da capacidade intrínseca do imigrante italiano, de ter a força de responder, por meio do associativismo, às situações adversas, além da habilidade de expressar a solidariedade para com seus pares.

Contudo, após um começo em que a instrução dos próprios filhos só poderia ser delegada às escolas das sociedades de socorro mútuo, a disposição de se adaptar levou os imigrantes a se integrar de tal forma à sociedade que os acolheu que tornou possível o ingresso de seus filhos nas escolas locais, ainda que com fins e interesses ligados às questões expostas acima.

Mais que uma contribuição para o desenvolvimento das políticas públicas para a educação no Brasil, os imigrantes italianos no Estado do Rio de Janeiro reforçaram a implementação da escolarização de massa, a construção de escolas e a contratação de professores, tanto para os filhos de agricultores, como para os filhos dos operários das fábricas, influenciando, portanto, a ampliação do atendimento educacional da população residente neste Estado, aceitando, inclusive, nas escolas italianas, os filhos de imigrantes de outras nacionalidades e os próprios brasileiros.

Deve-se considerar ainda que, apesar das dificuldades encontradas em sua implementação, os programas e as atividades efetivados nas escolas italianas pesquisadas decorriam das determinações das associações de socorro mútuo, dos patronatos e

dos representantes italianos no exterior, seguindo a estrutura escolar italiana que, embora ainda fosse atrasada em relação aos outros países europeus, encontrava-se adiantada em relação ao Brasil, tanto na configuração de suas estruturas administrativas, quanto nas questões pedagógicas. Como exemplo de tal afirmação, podem ser relacionadas as premiações recebidas pelas escolas italianas do Estado do Rio de Janeiro nas exposições internacionais realizadas na Itália em 1906 e 1914.

Em Petrópolis, cidade cuja importância está relacionada tanto ao Império como à República, as escolas italianas foram marcantes na sociedade local, como se pode constatar na leitura da *Tribuna de Petrópolis* durante os anos pesquisados, com ênfase para a Escola de Cascatinha que, por suas características teve uma trajetória singular nesta localidade. Tratava-se de uma escola sustentada pelos imigrantes italianos (que participavam das escolhas dos professores e das práticas pedagógicas) e subsidiada pela direção da fábrica Cia Petropolitana de Tecidos, que providenciou as instalações tanto da escola como da creche anexa. Vale lembrar que os primeiros registros da Escola de Cascatinha datam de 1892, ano da construção do prédio escolar, enquanto os apontamentos do Ministério do Exterior da Itália remetem a fundação do educandário ao ano de 1904, o que demonstra o descompasso entre a iniciativa local da comunidade italiana e do setor privado e as atividades governativas italianas a favor da educação dos seus emigrantes.

Referências

- A LANTERNA, Rio de Janeiro, 1913. Biblioteca Nacional.
- A VOZ DO TRABALHADOR, Rio de Janeiro, 1913. Biblioteca Nacional.
- ALMEIDA, J. R. P. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Brasília: INEP; São Paulo: PUC-SP, 1989.
- BRASIL. **Constituição do Império do Brasil (1824)**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm#art71>. Acesso em: 20 maio 2013.
- BRASIL. **Decreto n.º 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854**. Approva o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacao-orig-inal-115292-pe.htm>>. Acesso em: 20 maio 2013.
- BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm. Acesso em: 20 maio 2013.
- DE CUSATIS, J. **Os italianos em Petrópolis**. Petrópolis: Câmara Municipal de Petrópolis, 1993.
- DE CUSATIS, J. Os Italianos em Petrópolis. In: **Volume do Cinquentenário 1938 – 1988**. Petrópolis, (IHP), 1988. v. 1, n. 1, p. 175-180, 1988.
- DE FORT, Ester. **Storia della scuola elementare in Italia**: I. Dall'Unità all'età giolittiana. Milano: Feltrinelli Editore, 1979.
- FANFULLA. **Il Brasile e gli italiani**. Pubblicazione del Fanfulla. Firenze: R. Bemporad & Filho Editori, 1906. Biblioteca do Instituto Italiano di Cultura do Rio de Janeiro.
- HISTÓRIA DA COMPANHIA PETROPOLITANA, Centro Cultural Vereadora Wilma Borsato, Petrópolis, 1982.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil – 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- ITÁLIA. Ministero degli affari esteri: Ispettorato Generale delle Scuole Italiane all'Estero. **Annuario delle Scuole Italiane all'Estero Governative e Sussidiate**. Roma: Tipografia Del Ministero degli affari esteri, Milão. 1908. (Biblioteca Braidense).
- ITÁLIA. Ministero degli affari esteri: Ispettorato Generale delle Scuole Italiane all'Estero. **Annuario delle Scuole Italiane all'Estero Governative e Sussidiate**. Roma: Tipografia Del Ministero degli affari esteri. Milão, 1910/1911/1913/1914. (Biblioteca Comunale di Milano).
- LUCHESE, T. Pela escola pública: tensionamentos, iniciativas e processo de escolarização na Região Colonial Italiana, RS. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED. **EDUCAÇÃO NO BRASIL: O BALANÇO DE UMA DÉCADA**, 33., 2010, Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: Anped, 2010. p. 1-16.
- MACHIOSKI, F. L. **A preservação da identidade cultural em um grupo imigrante italiano**: Curato de Colombo, Paraná, 1888-1910. Monografia (Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte)-Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- MORAES, J. D. **A trajetória educacional anarquista na Primeira República**: das escolas aos centros de cultura social. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- NEVES, F. M. Investigações em torno do método lancasteriano ou do ensino mútuo: contribuições para a produção do Estado da Arte em História da Educação, no período imperial. In: BRASIL IMPÉRIO: ESTADO DA ARTE EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Campinas: Unicamp, 2005. p. 1-32.
- PARLAGRECO, C. Le scuole italiane. In: FANFULLA. **Il Brasile e gli italiani**. Firenze: R. Bemporad e Filho Editori, 1906.
- PETRONE, P. Italiani e discendenti di italiani in Brasile: le scuole e la língua. In: DE BONI, L. A. (Ed.). **La presenza italiana nella storia e nella cultura del Brasile**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1991.
- RODRIGUES, E. **Quem tem medo do anarquismo?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

RODRIGUES, M. G. D. **A imigração alemã e a educação na Petrópolis-Colônia (1843-1860)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2008.

SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

TOMMASINI, L. Mutualismo nell'Italia liberale (1861-1922). In: LE SOCIETÀ DI MUTUO SOCCORSO ITALIANE E I LORO ARCHIVI. Ministero per i Beni e le attività culturali. Ufficio centrale per i beni archivistici. Roma: Tipografia Mura, 1999. p. 15-53.

TRIBUNA DE PETRÓPOLIS, Petrópolis de 1904 a 1914. Biblioteca Nacional.

TRIBUNA DE PETRÓPOLIS, Petrópolis, 2 fev. 1910.
TRIBUNA DE PETRÓPOLIS, Petrópolis, 20 jul. 1907.

ZANINI, C. M. C. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. **MANA – Estudos de Antropologia Social**, v. 13, p. 521-547, 2007.

Received on October 23, 2013.

Accepted on January 16, 2014.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.